



Exmo. Senhor  
Presidente da Comissão de Coordenação e  
Desenvolvimento Regional do Algarve  
Praça da Liberdade, n.º 2  
8000-164 Faro

V. REF.	V. DATA	N. REF.	N. DATA
E-mail (PCGT)	19-07-2024	OF/5259/CREPC02/2024	25-07-2024
E-mail (PCGT)	25-07-2024		

---

<b>ASSUNTO</b>	PCGT - 1068 - Plano de Pormenor do Alfamar e Envolvente - Elaboração - Convocatória para conferência procedimental
----------------	---

---

No seguimento dos v/ e-mails, datado de 19 e 25 de julho de 2024, remetidos via Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT), informa-se do parecer desta Autoridade à proposta de Plano de Pormenor do Alfamar e Envolvente (PPAE):

### **Proposta de Plano**

A Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil emite pronúncia favorável à proposta de Plano, com recomendação que a Câmara Municipal de Albufeira, através do Serviço Municipal de Proteção Civil, conforme o disposto na Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 44/2019, de 01 de abril, acompanhe as diversas fases do Plano.

### **Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica**

A análise de riscos teve por base a matriz de risco distrital e não a matriz de risco que consta no Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Albufeira, pelo que deverá ser atualizada a análise de riscos à escala adequada ao Plano em apreço e assente no Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Albufeira revisto em 2023 e para o qual a ANEPC emitiu o parecer prévio, datado de dezembro de 2023, conforme n/ ofício n.º OF/6942/DPPC/2023, de 06 de dezembro de 2023 e n/ e-mail datado de 07 de dezembro de 2023, em anexo.

No Quadro 2 - Quadro de Referência Estratégico para a AAE do PPAE, nomeadamente nos “Instrumentos de Enquadramento Estratégico Regional”, a legislação indicada na aprovação da revisão

do Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil de Faro carece de atualização para Resolução n.º 01/2023, de 03 de julho (publicado no Diário da República n.º 127/2023, Série II, pág.51)

Na referência bibliográfica, a data do Plano Distrital de Emergência e Proteção Civil de Faro está desatualizada. Assim, carece de revisão a informação subordinada ao mesmo, cuja versão em vigor data de 2023.

Em face do aduzido, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil emite pronúncia favorável condicionada ao Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica.

Por último, e no âmbito da proposta de alteração da Reserva Ecológica Nacional (REN) informa-se que, por forma a melhor acautelar a segurança de pessoas e bens, a pronúncia desta Autoridade acompanha a pronúncia da CCDR e da APA/ARH, entidades com competência própria em razão da matéria e que, para as situações de não integração na tipologia de REN ou exclusão de REN, deverão ser as respetivas medidas de mitigação de riscos para pessoas e bens, se aplicável, considerando as necessárias medidas de adaptação aos previsíveis impactes das alterações climáticas, integradas no regulamento do PPAE, assegurando o direito dos cidadãos à informação sobre os riscos a que estão sujeitos, e sobre as medidas adotadas e a adotar com vista a prevenir ou a minimizar os efeitos de acidente grave ou catástrofe.

Recorda-se que a Câmara Municipal de Albufeira, através do Serviço Municipal de Proteção Civil, e ao abrigo do disposto na Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 44/2019, de 01 de abril, deverá acompanhar a fase de monitorização do Plano, com particular destaque na informação e divulgação das medidas de autoproteção face aos riscos.

Com os melhores cumprimentos,

O Comandante Regional

Vítor Norberto de Moraes Vaz Pinto